

## Lei Ordinária nº 1305/2003

## Dispõe sobre a Polícia Municipal De Reciclagem de Materiais.

MOYSÉS NERY, Prefeito Municipal de Camapuã-MS. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Publicada em 17 de dezembro de 2003

- **Art. 1º. -** A Política Municipal de Reciclagem de Materiais tem o objetivo de incentivar o uso, a comercialização e a e industrialização de materiais recicláveis, tais como:
- I papel usado, aparas de papel e papelão;
- II sucatas de metais ferrosos e não ferrosos;
- III plásticos, garrafas plásticas e vidros;
- IV entulhos de construção civil;
- **VI -** produtos resultantes do reaproveitamento, da industrialização e do recondicionamento dos materiais referidos nos incisos anteriores.
- Art. 2º. Compete o poder Executivo, para a consecução da política de que trata esta Lei:
- I apoiar a criação de centros de prestação de serviços e de comercialização, distribuição e armazenagem de material reciclável;
- II incentivar a criação de núcleos de reciclagem de materiais;
- III incentivar o desenvolvimento ordenado de programas municipais de reciclagem de materiais;
- **IV** promover campanhas de educação ambiental voltada para a divulgação e a valorização do uso de material reciclável e seus benefícios:
- V incentivar o desenvolvimento de projetos de utilização de material descartável ou reciclável;
- **VI -** promover campanhas de incentivo à realização de coleta seletiva de lixo.
- **Parágrafo único. -** Cabe a secretaria Municipal de Saúde Pública e Meio Ambiente coordenar as ações previstas neste artigo.
- Art. 3º. Para o cumprimento do disposto nesta Lei, poderão ser adotadas as seguintes medidas:

- I concessão de benefícios, incentivos e privilégios fiscais;
- II inserção de empresa de reciclagem, em programa de financiamento com recursos de fundos municipais;
- III celebração de convênio de mútua colaboração com órgãos ou entidades das administrações federal, estadual e municipal;
- IV fomentar o sistema cooperativista.
- **Art. 4º. -** Os benefícios de que trata esta Lei, serão concedidos exclusivamente ao usuário, ao produtor e ao comerciante cadastrados na Secretaria Municipal de Saúde Pública e Meio ambiente.
- **Art.** 5º. Esta Lei será regulamentada no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir de sua publicação.
- Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em

Original, Camapuã, 17 de dezembro de 2003.

**MOYSÉS NERY** 

**Prefeito Municipal**